

**ATA N.º 170 / XII / 4.ª SL**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2015, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, sucessivamente, na sala 7, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

& único:

Audição conjunta com a Comissão de Defesa Nacional, do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Defesa Nacional sobre recentes decisões da administração Norte Americana sobre a Base das Lajes - (requerimento do PSD e do PCP)

---

O Senhor **Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP)**, Deputado **Sérgio Sousa Pinto**, abriu a sessão, saudando os Senhores Ministros presentes, o que fez, também, em nome do Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional. Explicou, de seguida, qual a metodologia a adotar na Audição.

Interveio o Senhor **Deputado António Rodrigues (PSD)** que, após ter saudado todos os presentes, e os Senhores Ministros em particular, procedeu à apresentação do Requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar (GP). No essencial, pretendeu ver esclarecida a motivação americana para a denúncia unilateral do Acordo das Lajes, dado o peso social e económico resultante da presença americana, afirmando que, no seu entender, não esra previsível nos últimos anos que tal situação viesse a ocorrer. Reforçou, ainda, que esta questão não pode ser tomada como bandeira política de ninguém. Interessando esclarecer e resolver os problemas que daí derivam.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para, em nome do seu GP, fundamentar o respetivo Requerimento de Audição. Começando por saudar todos os presentes, e após equacionar genericamente a matéria em causa, questionou os membros do Governo presentes sobre as medidas que foram tomadas para compensar financeiramente a Ilha Terceira, já que desde finais de 2013 que se sabia da possibilidade do abandono da Base das Lajes pelos militares norte-americanos.

Respondeu o Governo, através do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), relembrando que o especial relacionamento entre Portugal e os Estados Unidos da América (EUA) dura há cerca de 70 anos. Relembrou que o anúncio dos EUA sobre a redução de efetivos militares nas Lajes se reporta a 8 de janeiro do corrente ano, embora o conhecimento de tal possibilidade tivesse sido antecipado já em novembro de 2012, altura na qual o Governo emitiu comunicado veemente contra a tomada de uma eventual decisão em tal sentido. Prosseguiu, sinalizando ter o Governo optou pela via do diálogo, elegendo a Comissão Bilateral como plataforma privilegiada, com a inclusão do próprio Governo Regional. Depois de ter reunido em 11 de fevereiro passado, a Comissão voltará a reunir em Washington em breve, tendo a questão das Lajes como ponto único da agenda, discussão que o Governo pretende estruturar em torno dos pilares laboral (indenizações por cessação de contratos de trabalho); ambiental (identificar as zonas mais atingidas por infiltrações de combustíveis); medidas de revitalização económica e social; eventual revisão do Acordo Técnico em função das novas circunstâncias (manutenção do apoio à Base pela Força Aérea, aplicação da legislação laboral portuguesa e identificação de oportunidades de novos investimentos americanos (ciência, tecnologias, energia e ambiente). Por seu turno, o Senhor Ministro da Defesa Nacional (MDN) veio realçar a integração do Governo Regional dos Açores em todo este processo, a par do nível de informação prestado ao Parlamento. Relembrou ter tomado conhecimento da decisão dos EUA através de um telefonema do Secretário da Defesa americano, recebido em 7 de janeiro passado, pelo qual lhe foi comunicada a decisão final americana que seria publicamente assumida no dia seguinte, pese embora se tratasse de tema que vinha sendo discutido desde finais de 2011. Referiu que para o Governo a mitigação dos efeitos negativos desta situação para os habitantes da Terceira, e a requalificação profissional dos trabalhadores forma sempre ponto essencial. E que às infraestruturas excedentárias deve ser dada utilização alternativa, privilegiando uma solução global. Sem embargo da redução de pessoal, os EUA manterão todos os serviços de apoio à Base, tanto os partilhados, como os individuais (bombeiros e combustíveis). Sublinhou, ainda, que os serviços de *Search and Rescue*, bem como de transporte e evacuação médica continuarão a ser assegurados.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Marcos Perestrello (PS)**, elogiando o papel desempenhado neste processo pelo Governo Regional dos Açores, cujo Presidente apresentou um “pacote de medidas”, algo que o Governo da República não conseguiu fazer. Perguntou aos membros do Governo quantas reuniões de alto nível ocorreram, nos últimos 2 anos entre Portugal e os EUA, relembrando que em novembro de 2012 o Ministro Paulo Portas havia anunciado a alocação de fundos estruturais para compensar este problema. Que comentário merece a afirmação do Embaixador dos EUA em Portugal, de que ao contrário do ocorrido com Espanha, não existiram quaisquer contactos nos últimos 2 anos? Terminou, questionando sobre o destino a dar aos depósitos de combustível (os maiores que os EUA possuem fora do seu território) e a quem caberá a manutenção futura da pista.

Respondeu o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, sublinhando que as negociações ainda não acabaram, não havendo ainda decisão final quanto ao conteúdo do futuro Acordo, algo que nem os EUA conseguem ainda saber, dado que o Pentágono, nesta sua decisão, não seguiu as orientações emitidas pelo Congresso acerca desta questão. Terminou, referindo que Portugal não pode influenciar as relações bilaterais dos EUA com a Espanha

Interveio seguidamente a Senhora **Deputada Mariana Aiveca (BE)**, perguntando para que serviram estes dois últimos anos de conversas, se, como o referiu o Senhor Ministro, Portugal não tem capacidade para influenciar a política externa americana nesta matéria. Face à calamidade económico-social e à forte “pegada ecológica” associada ao armazenamento de combustíveis, terminou questionando o Governo sobre os motivos pelos quais a sugestão do BE de acionar um plano de emergência não foi efetivada, e se faz sentido manter uma base militar ao serviço dos outros.

Em resposta, afirmou o Senhor MNE não ser correto olhar este problema numa ótica de ressarcimento puro, dado que a própria Força Aérea tem beneficiado do apoio americano, sendo que as contrapartidas pela utilização da Base nunca passaram, pela entrega de quaisquer prestações financeiras. Em complemento, o Senhor MDN referiu, ainda, que as novas tecnologias do reabastecimento aéreo diminuíram a relevância estratégica dos Açores.

Interveio seguidamente o Senhor **Deputado Filipe Lobo D’Ávila (CDS/PP)** para saudar todos os presentes e agradecer os esclarecimentos entretanto dados pelos membros do Governo ouvidos. Registou que os partidos políticos outrora contrários à utilização americana da Base das Lajes estão hoje contra o seu abandono. Perguntou se a situação presente não abre portas à ampliação do Acordo existente, designadamente, para a criação de um pólo universitário de excelência.

Em resposta, referiu o Senhor MNE que o Acordo existente não se restringe às matérias económicas e militares, tendo existido apoios ao Governo Regional na área da educação, lembrando neste aspeto, a participação da FLAD e das bolsas atribuídas pela Fulbright Portugal. Informou não estarem a ser negociadas contrapartidas com os EUA fora do enquadramento das Lajes. Complementando, o Senhor MDN enfatizou que a Força Aérea mantém os termos de utilização da Base, tendo-se verificado, fora do âmbito do Acordo, um aumento da cooperação luso-americana na área da cibersegurança.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** lembrando que o PCP nunca esteve nem está a favor da presença americana nas Lajes. Perguntou porque motivo não há anúncio de medidas concretas que vão além de meras declarações de intenção, e qual a calendarização e planeamento previstos para as próximas reuniões do grupo de

discussão bilateral. Terminou, questionando se o Governo pode afirmar que a sua atuação está a ser conduzida de modo a salvaguardar o interesse social das famílias açorianas.

Em resposta, lembrou o Senhor MNE que qualquer processo comercial funciona desta forma e que esta reunião, infelizmente, ocorreu no íterim dos trabalhos do grupo bilateral, havendo de preservar a relação transatlântica existente com os EUA, em vez de, por exemplo, por fim ao Acordo.

Interveio o Senhor **Deputado Joaquim Ponte (PSD)**, frisando que se está perante matéria que não é nova e é extremamente importante para os Açores, sendo que o Governo sempre desvalorizou a possível redução de pessoal militar americano, o que seria um absurdo, face ao nível de investimentos americanos realizados na Base. Considerando que esta situação ocorre num momento nacional de crise económica e financeira, perguntou se até ao outono o Governo prevê criar incentivos que compensem a eventual insuficiência de rescisões laborais voluntárias. Relativamente às instalações, perguntou qual a visão do Governo quanto à conciliação da desativação da Base com a infraestrutura portuária existente na Terceira, tendo em vista a sua utilização extra-militar, considerando, designadamente, o acordo comercial transatlântico com os EUA.

Respondeu o Senhor MNE, afirmando que o acordo transatlântico é um processo ainda em fase inicial, mas que irá previsivelmente beneficiar os Açores, pese embora deva ser tratada independentemente da questão das Lajes. Interveio seguidamente o Senhor MDN para distinguir entre rescisões por mútuo acordo e despedimentos, devendo ser acautelados os interesses dos trabalhadores.

De seguida, o Senhor Presidente deu início à **Segunda Ronda de intervenções**, na qual intervieram, por ordem de sucessão:

- O Senhor **Deputado António Rodrigues (PSD)**, para realçar o momento que é, ainda, de negociação, sem respostas definitivas, anunciando que irá apresentar em Plenário um Projeto de Resolução que garanta uma plataforma de entendimento comum em reforço do interesse nacional;
- O Senhor **Deputado Miranda Calha (PS)** que lembrou o episódio da visita a Portugal do Secretário de Defesa dos EUA, Leon Panetta, que não foi recebido pelo Primeiro Ministro, considerando, ainda, que o Governo “adormeceu” à sombra do Congresso americano, deixando que as Lajes fossem substituídas pelo investimento americano em Morón, Espanha. Perguntou se o Estado vai adicionar algo de novo ao Plano apresentado pelo Governo Regional, e se nas negociações em curso se pretende ver valorizada a questão da envolvente estratégica atual;
- A Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** que questionou sobre quais as medidas concretas defendidas pelo Executivo ou, no mínimo, quais as matérias essenciais de que não se pode prescindir.

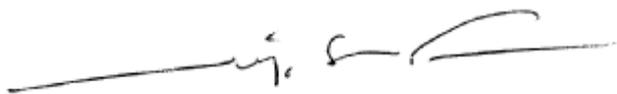
- A Senhora **Deputada Mariana Aiveca (BE)** para relembrar os benefícios concedidos aos EUA, na isenção do pagamento de IMI e de consumo de água que podem terminar numa autorização para a utilização da Base, como e quando os EUA entendam. Defendeu, ainda, a necessidade de um plano de emergência para as populações da Terceira e dos Açores, em geral;
- O Senhor **Deputado Joaquim Ponte (PSD)** para manifestar a esperança de que, até ao outono, possa o estado português estruturar a sua posição nesta matéria.
- A Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)**, realçando que dos antecedentes do Senhor MNE no relacionamento bilateral com os EUA, designadamente pelas funções exercidas na FLAD durante 20 anos, nunca resultaram benefícios visíveis para os Açores. Nem entende o que está a ser concretamente negociado, assinalando que ao nível político dos dignitários americanos participantes neste processo, Portugal contrapôs a participação de meros técnicos;
- O Senhor **Deputado Carlos Enes (PS)** que questionou se a parte portuguesa nas negociações não deveria ter um peso político maior.

Respondeu o Senhor MNE, lembrando que vai existir uma reunião específica para a questão das Lajes entre abril e maio, havendo ainda tempo para estruturar posições de incidência mais regional, e que nas negociações temáticas bilaterais, de ambos os lados, apenas participaram altos funcionários sem mandato político. No que foi complementado pelo Senhor MDN, que recordou que a alteração na doutrina estratégica americana de emprego exterior de forças não se cingiu a Portugal, lembrando, ainda, que a visita do Secretário de Defesa dos EUA sofreu uma alteração de datas que impossibilitou o encontro com o Primeiro Ministro, e que a questão das Lajes nada tem a ver com o caso espanhol de Morón.

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezassete horas e trinta minutos.

Palácio de S. Bento, 24 de fevereiro de 2015.

**O Presidente da Comissão,**



**(Sérgio Sousa Pinto)**

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira  
Carla Cruz  
Carlos Alberto Gonçalves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Celeste Correia  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Lobo D' Ávila  
Glória Araújo  
Maria de Belém Roseira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria José Moreno  
Maria Manuela Tender  
Mário Magalhães  
Nuno Magalhães  
Paulo Pisco  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto  
António Rodrigues  
Carlos Enes  
Jorge Rodrigues Pereira  
Paulo Simões Ribeiro  
Rosa Maria Bastos Albernaz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Alberto Martins

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Helena Pinto

Maria João Ávila

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 26/05/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

[http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP\\_CDN\\_20150224.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_CDN_20150224.mp3)